



**DOCUMENTO REFERENCIAL
DESENVOLVIMENTO DA PESCA E DA AQUICULTURA
NO ESTADO DO MARANHÃO**

Junho de 2003 - São Luís/Maranhão

1955-56

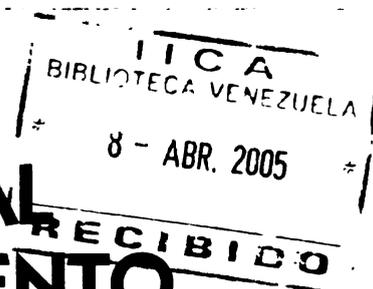


**SEMINÁRIO NACIONAL
SOBRE O DESENVOLVIMENTO
DA PESCA E DA AQUICULTURA
NO ESTADO DO MARANHÃO**

São Luís, 4, 5 e 6 junho de 2003

**REFERÊNCIAS TÉCNICAS
PARA CONTEXTUALIZAÇÃO**

Coordenação Técnica



00007261

IICA
M01
6

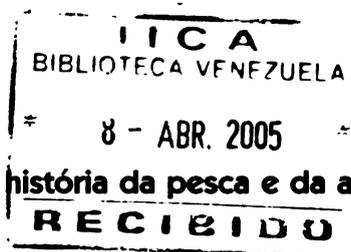
07.04.83.01.3.0

SUMÁRIO

I - OPORTUNIDADE E IMPORTÂNCIA	3
II - O PAPEL DOS GOVERNOS MUNICIPAIS	5
III - O MODELO DA CADEIA PRODUTIVA	5
1 - ENSINO, TREINAMENTO, PESQUISA E EXTENSÃO	6
2 - ORGANIZAÇÃO DOS PRODUTORES, CADASTRO, FISCALIZAÇÃO E ESTATÍSTICA	7
3 - CRÉDITO	8
4 - MARCO LEGAL PARA A PESCA E A AQÜICULTURA	9
5 - O EMPREENDEDORISMO	9
6 - PRODUÇÃO, BENEFICIAMENTO, INSPEÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO PESCADO	10
7 - PERSPECTIVAS DE APOIO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESCA E DA AQÜICULTURA NO ESTADO DO MARANHÃO	10
8 - COMERCIALIZAÇÃO DO PESCADO NOS MERCADOS NACIONAIS e INTERNACIONAIS	11
9 - VISITA AO SOLAR DOS VASCONCELOS	12
10 - PROGRAMA SEMINÁRIO	13

BV-13426

I - OPORTUNIDADE E IMPORTÂNCIA



O Seminário ocorre num momento de oportunidade inédita na história da pesca e da aquicultura nacionais e, especialmente, no Maranhão, pelas seguintes razões:

- ▶Pela primeira vez, um Presidente da República, ainda na condição de candidato, assume o compromisso de assegurar prioridade ao desenvolvimento dos setores de pesca e de aquicultura nacionais.
- ▶Como primeiro ato de governo (Medida Provisória n.º 103, de 01/01/2003), o Presidente Lula cria a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, SEAP, em nível ministerial, com a missão de cumprir o compromisso político e, assim, promover institucionalmente o desenvolvimento pesqueiro nacional importante instrumento gerador de emprego, de renda e de divisas; mas, sobretudo, como fonte produtora de alimento protéico para o combate à fome e à superação das condicionantes econômicas e sociais que ainda entravam o pleno desenvolvimento da população brasileira.
- ▶No primeiro mês de governo, em janeiro deste ano, a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca entrega ao Presidente da República o Projeto Político, o Plano Emergencial de Suporte e o Projeto Estrutural, elaborados por numerosa comissão de técnicos de diversas entidades, contendo políticas, diretrizes e ações programáticas para o desenvolvimento sustentável dos setores de aquicultura e pesca. Então apresenta as projeções de crescimento para o setor: “elevação da produção brasileira de pesca nos próximos quatro anos, de 985 mil tons./ano para 1,45 milhões tons./ano; e criação de mais de 150 mil empregos diretos e 400 mil indiretos, podendo dobrar a renda gerada”.
- ▶O Governador José Reinaldo Tavares aprova o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável do Estado do Maranhão e também inclui o desenvolvimento da pesca e da aquicultura maranhenses como uma das prioridades governamentais, dando ênfase às suas “potencialidades naturais, físicas e humanas”; a condição de ser um dos setores “que mais rapidamente podem responder aos estímulos recebidos”; e, ainda, no que respeita ao alvo maior do trabalho governamental - o social. O plano se propõe a “reduzir drasticamente a taxa de analfabetismo” e melhorar “o nível de bem-estar de todo o povo do Maranhão, principalmente da população de baixa renda”, na qual se insere o artesanato pesqueiro maranhense.
- ▶Com a responsabilidade precípua de cumprir os compromissos governamentais contemplados no Plano, no que concerne ao desenvolvimento da pesca e da aquicultura, o Governador cria a Gerência de Estado de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (GEAGRO) e a ela vincula, como órgão autárquico, a Agência de Desenvolvimento da Pesca e da Aquicultura (ADEPAQ).
- ▶O Congresso Nacional acaba de revigorar, para a atual legislatura, a Frente Parlamentar da Pesca e da Aquicultura, constituída por mais de uma centena de deputados e senadores; e se compromete em aprovar, com brevidade, o projeto de lei da pesca, que há quase uma década tramita pelo Legislativo. Diversas Assembléias Legislativas Estaduais, igualmente, criaram suas frentes parlamentares pesqueiras e aprovaram leis de pesca específicas para seus Estados.

Os assuntos acima sumarizados são temas a serem abordados detalhadamente pelos expositores do I Painel do Seminário, ao tratarem das ações dos Governos Federal e do Estado do Maranhão, respectivamente, para o desenvolvimento da pesca e da aquicultura.

Busca-se com as oportunidades de participação em debates dos governos federal e estadual dar início ao processo de planejamento integrado e o Seminário é parte desse processo a ser coordenado, no âmbito nacional, pelo Conselho Nacional de Aqüicultura e Pesca, criado juntamente com a Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca; tendo sua projeção estadual no já constituído Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável, com seu desdobramento no setor pesqueiro, através de uma Câmara Setorial de Pesca e Aqüicultura, em fase de discussão, conforme se visualiza no seguinte esquema:

SEMINÁRIO NACIONAL - DESENVOLVIMENTO DA PESCA E DA AqüICULTURA NO ESTADO DO MARANHÃO

SISTEMA DE COORDENAÇÃO DOS SETORES DE PESCA E DE AqüICULTURA



* Em fase de discussão.

II - O PAPEL DOS GOVERNOS MUNICIPAIS

O II Painel do Seminário é dedicado às exposições e discussões de experiências exitosas da ação municipal em favor do desenvolvimento dos setores de pesca e de aquicultura; inicialmente com a abordagem de casos maranhenses, seguindo-se pelo Ceará e alcançando até Santa Catarina, com ênfase no apoio e na assistência técnica aos pescadores artesanais e aos aquicultores familiares.

Em todas essas experiências fica evidenciada a importância que cada vez mais assume o governo municipal, a Prefeitura, como ente público formador do federalismo e base do tripé constituído com a União e os Estados. A Prefeitura está sendo crescentemente responsável pela execução das ações governamentais, que deverão ser progressivamente desconcentradas e descentralizadas na busca de aproximar as soluções administrativas dos problemas comunitários. O federalismo, com ênfase na importância do governo municipal, é condição imposta pela vivência democrática e pelas dimensões continentais do país.

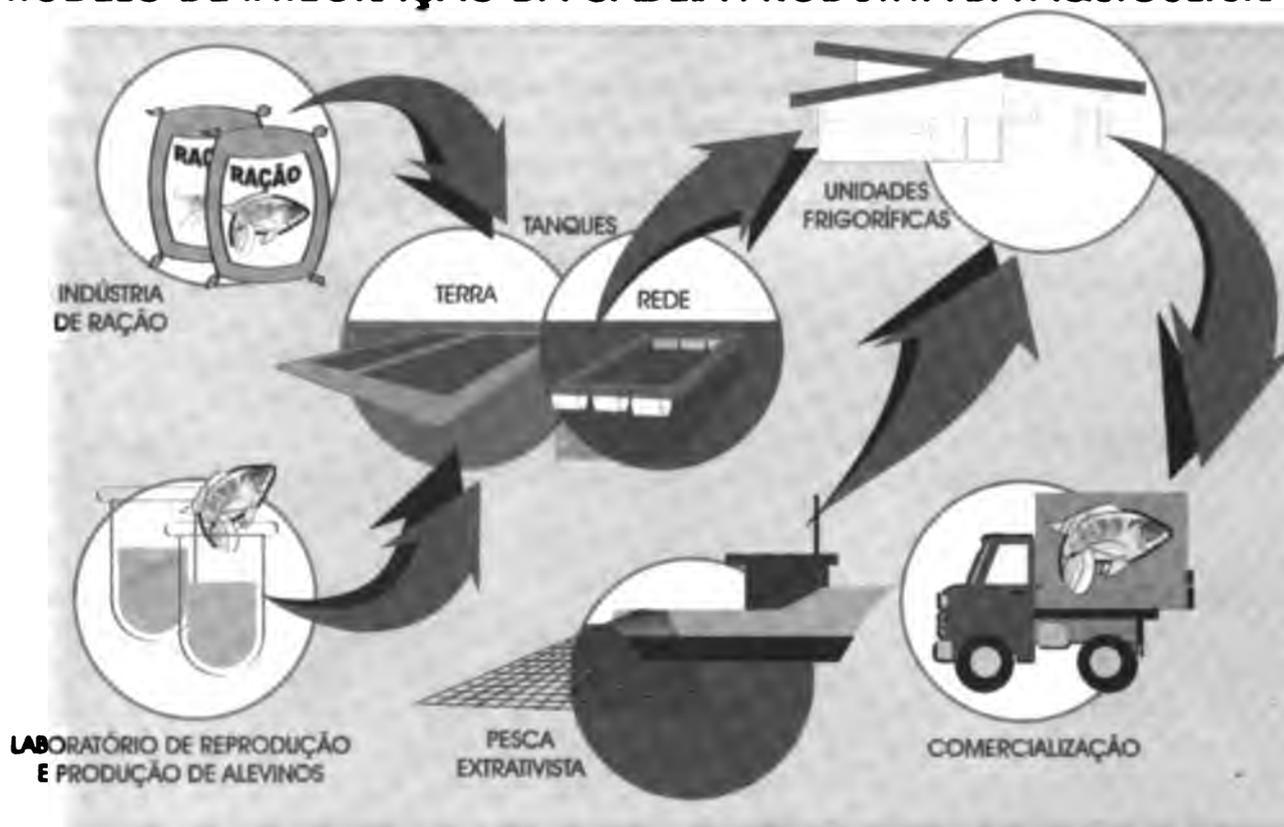
No que concerne à importância assumida pela ação municipal para o desenvolvimento da pesca e da aquicultura, além dos exemplos a serem tratados no Seminário, é importante considerar que está sob a responsabilidade das Prefeituras Municipais a execução do Programa da Merenda Escolar - o maior programa mundial de suplementação alimentar da população estudantil; (cerca de 35 milhões de refeições/dia) no qual é mínima a presença do pescado, embora devesse participar significativamente, pela importância que ele representa como alimentação protéica e rica em outros nutrientes indispensáveis à população jovem.

III - O MODELO DA CADEIA PRODUTIVA

O referido Plano de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável do Estado do Maranhão contempla, como esquema para entender, equacionar e planejar o desenvolvimento do agronegócio maranhense, o consagrado Modelo de Cadeia Produtiva. Na página 50 do Plano está esquematizada a "Cadeia de Pesca". Nos documentos elaborados pela SEAP ao Presidente da República (Projeto Político e Plano Estrutural), já relatados, também figura o modelo de cadeia produtiva.

O Seminário adota esse modelo e desdobra em seus Painéis os principais elos da cadeia produtiva da pesca e da aquicultura, buscando, entre eles, a interação e o entendimento de que o processo de desenvolvimento pesqueiro depende da superação da visão estreita de compartimentos estanques. Ao contrário, deverá ser a resultante do somatório de múltiplos fatores (os elos da cadeia) que tem início na produção dos insumos, passa pela área de produção e alcança até a comercialização, como bem se evidencia, com relação à cadeia produtiva na aquicultura, na projeção seguinte:

MODELO DE INTEGRAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA DA AQUICULTURA



1 - ENSINO, TREINAMENTO, PESQUISA E EXTENSÃO

O Estado do Maranhão dispõe de forte e conceituada rede de instituições de ensino, de treinamento, de pesquisa e de extensão a ser mobilizada como ação básica para o desejado desenvolvimento dos setores da pesca e da aquicultura. Com propriedade o referido Plano Estadual (pg. 31) registra ao tratar da "Zona do Litoral Mata Atlântica, ... de fato, São Luís congrega particularmente toda a atividade de pesquisa do ensino superior do Estado, sendo sede da Universidade Federal do Maranhão - UFMA; da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA; e de universidades particulares, como o Centro de Ensino Unificado do Maranhão - CEUMA; Faculdade Athenas Maranhense - FAMA; Faculdade São Luís; Faculdade Santa Terezinha - CEST; Universidade Dom Bosco - UNDB". O Centro Federal de Educação Tecnológica - CEFET, sediado em São Luís, com tradição no ensino técnico para o setor pesqueiro, já dispõe de curso de terceiro grau, e se incorpora nesse elenco de instituições universitárias, juntamente com a Faculdade de Imperatriz - FACIMP.

Se somarmos à essa significativa estrutura universitária, os centros de ensino-técnico de nível médio e outros órgãos responsáveis pelos programas de pesquisa, de extensão e de treinamento, concluímos positivamente sobre as potencialidades maranhenses nessas áreas como certamente serão abordadas nesse Painel.

2 - ORGANIZAÇÃO DOS PRODUTORES, CADASTRO, FISCALIZAÇÃO E ESTATÍSTICA

O gráfico seguinte demonstra a situação perversa da dupla marginalidade ainda vivida pela quase totalidade dos pescadores artesanais brasileiros: como marginais da costa oceânica, dos lagos e rios onde baseiam suas atividades pesqueiras; e como marginais dos benefícios assegurados às classes trabalhadoras industriais. A segunda marginalidade decorre do atual estágio de desorganização e de abandono da maioria dos pescadores artesanais, sobretudo do norte e do nordeste, mais predominantemente no Maranhão como se comprova nestes dados:

ESTADO	NÚMERO DE PESCADORES (1)	COLÔNIAS DE PESCADORES				PESCADORES ARTESANAIS		
		TOTAL	INATIVAS	EM ORGANIZ.	REGISTRADAS NO MTE (2)	ASSOCIADOS NAS COLÔNIAS (1)	CADASTRADOS NO MAPA (3)	BENEFICIADOS C/ SEGURO DESEMP. (2)
MARANHÃO	200.000	77	6	7	48	80.000	12.529	3.479
PARÁ	130.000 (4)	62 (4)	-	4 (4)	61 (4)	50.000 (4)	36.712	12.743
PIAUÍ	30.000	27	-	-	25	4.300	4.291	2.590
RIO GRANDE DO NORTE	40.000	55	-	-	49	40.000	13.070	7.168

Fontes:
(1) Dados estimados para 2003, fornecidos pelos presidentes das Federações de Pescadores de cada estado.
(2) Ministério do Trabalho e Emprego, em 28/03/2003.
(3) Cadastro e registro da atividade pesqueira/MAPA até dezembro de 2002.
(4) Dados estimados fornecidos pela DFA-PA/MAPA em 29/03/2003.

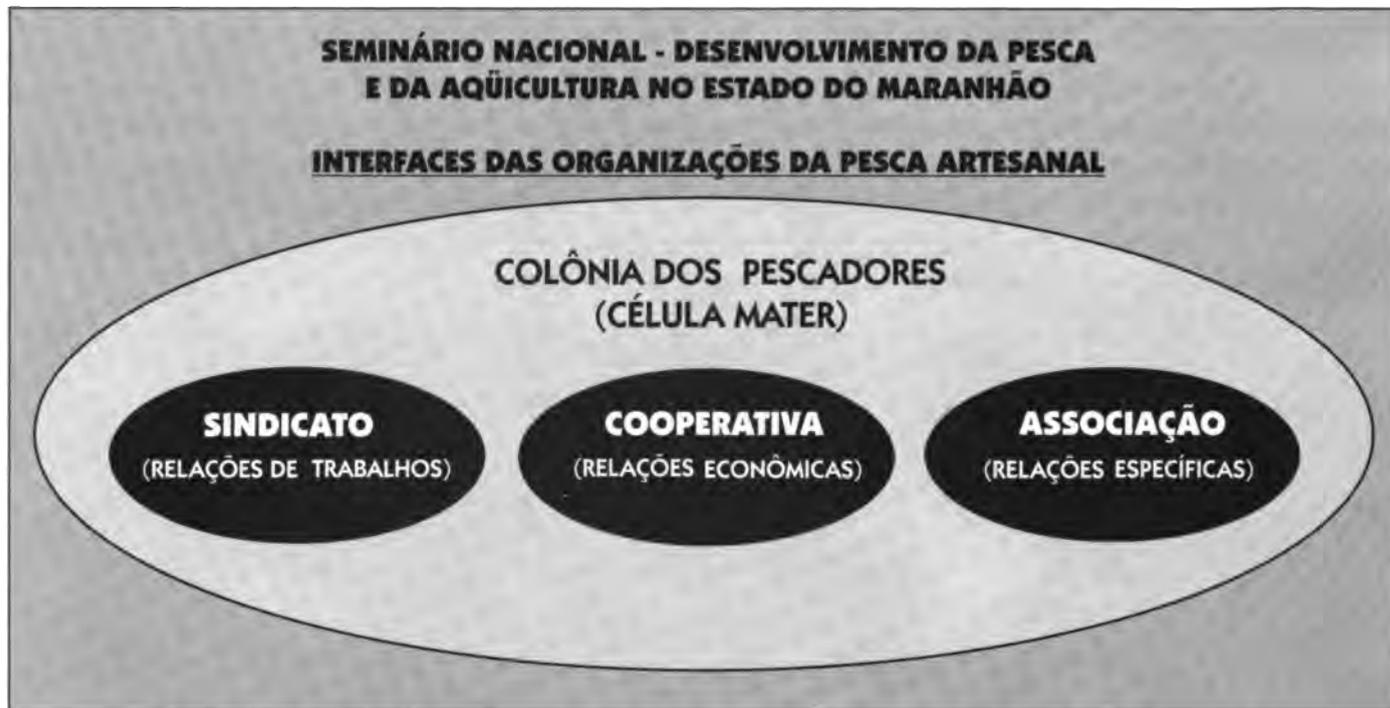
- a) Embora dispondo da maior população artesanal pesqueira nacional (estimada em cerca de 200 mil), menos da metade se encontra associada nas 77 Colônias de Pescadores (também o maior número nacional), sendo apenas 48 registradas no Ministério do Trabalho e Emprego, para efeito de benefícios.
- b) Dos 200 mil pescadores maranhenses apenas 13.888 se encontravam cadastrados, até 28/03/2003, na Delegacia Federal do Ministério da Agricultura e apenas 3.479 receberiam, até o dia 28 de março do corrente ano, os benefícios do seguro desemprego concedidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

A simples confrontação desses dados maranhenses com os correspondentes aos dos outros três estados constantes do quadro, já revela a urgente necessidade de se aprofundar a discussão desse tema no Painel.

Ainda com referência ao estágio de desorganização dos pescadores artesanais maranhenses, é oportuno considerar que, em décadas passadas, o Maranhão chegou a ser o estado líder nacional em cooperativas pesqueiras e aquícolas, com 17 unidades em funcionamento. Presentemente, existem apenas algumas funcionando, precariamente.

Como o cooperativismo pesqueiro passou a ser prioridade do governo federal e é meta de ação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, torna-se oportuno o tema a ser debatido sob o enfoque das organizações predominantes na comunidade pesqueira: a Colônia de Pescadores, como célula mater, instituição criada por iniciativa da Marinha, há quase um século, e ainda impregnada pela mística do patriotismo; o sindicato, para tratar das relações de trabalho, principalmente entre os pescadores embarcados e os armadores; as cooperativas, como entes econômicos; e, ainda, as associações: mais simples e mais específicas. Outras associações também existem fora do âmbito da colônia, como acaba de acontecer com a criação recente da Associação Maranhense dos Criadores de Camarão (AMCC).

O gráfico, abaixo, permite a visualização dessas entidades no universo da comunidade pesqueira:



A Confederação Nacional dos Pescadores (CNP) entregou nesse mês de janeiro ao Secretário da SEAP, Ministro José Fritsch, a nova versão do Plano de Desenvolvimento da Pesca Artesanal no Brasil, elaborado pelo governo anterior, mas que não vinha gerando consequência prática.

3 - CRÉDITO

A produção artesanal pesqueira vive situação paradoxal em relação às disponibilidades de crédito institucional, formalmente disponível para beneficiar o setor, mas que, na prática, passa a ser irrisório o montante efetivamente aplicado. Já a Lei nº 8.171, de 17/01/91, com toda a sua força de lei complementar ao dispositivo constitucional, assegura ao produtor de pescado (independente do seu status de grande, médio ou pequeno, de pescador ou aqüicultor) os mesmos benefícios creditícios concedidos ao produtor rural. Os governos aprovam programas com linhas de crédito altamente subsidiadas ou com valores equalizados aos concedidos ao setor agrícola, mas sem que seus resultados alcancem satisfatoriamente o setor pesqueiro.

O atual governo federal tem prometido reiteradamente apoiar a criação de cooperativas de crédito para a pesca, principalmente para a pesca artesanal. Há mais de um século o país dispõe de cooperativas de crédito para a agricultura. Atualmente somam-se às centenas; enquanto que para operar o crédito pesqueiro até a presente data, não existe nenhuma.

Algumas positivas exceções devem ser relatadas e discutidas no Painel, como a experiência que o Banco da Amazônia vem realizando no litoral paraense, onde organizou dezenas de associações de pescadores vinculadas às Colônias de Pescadores para tratarem, coletivamente, de seus problemas creditícios. O PRONAF, embora com inexpressiva atuação em termos de crédito no Maranhão, para a pesca artesanal e a aqüicultura familiar, certamente também terá importantes informes a prestar.

4 - MARCO LEGAL PARA A PESCA E A AQUICULTURA

O Brasil ainda não dispõe de um Código de Pesca. Erroneamente, o anacrônico Decreto-lei nº 201/67 é vulgarmente tratado como se fosse um Código para suprir a ausência de outro dispositivo legal regulamentador das atividades pesqueiras e aquícolas do país. Finalmente já se encontra no Senado Federal o projeto de lei nº 687/95, (apresentado há três legislaturas passadas na Câmara dos Deputados), onde agora deverá tramitar pelas diversas Comissões e sofrer alterações para escoimá-lo de impropriedades ainda remanescentes; além de ser necessariamente adequado à nova realidade administrativa federal, em função da vigência da Medida Provisória nº 103, de 01/01/03. Também deverão ser adicionados dispositivos legais para assegurar eficácia aos compromissos assumidos com os setores produtivos, como é exempl,o a criação do Fundo de Desenvolvimento Pesqueiro, que a própria SEAP agora está propondo.

A ineficácia da aplicação do Decreto nº 2869/98 e da sua Instrução Normativa Interministerial nº 9, de 11/04/01, tratando do usos das águas públicas para a aquicultura, e a colidência desses atos com dispositivos da Lei nº 9433, de 08/01/97, que trata da Política Nacional de Recursos Hídricos, são temas a serem certamente discutidos.

E no âmbito do Estado do Maranhão, aflora a necessidade de ser aprovada uma lei estadual para tratar dos assuntos de pesca e de aquíicultura, a exemplo do que já ocorre em diversos outros estados, inclusive interioranos e sem expressão pesqueira. O mandamento constitucional federal ampara tais iniciativas pois assegura aos Estados a administração compartilhada desses recursos.

5 - O EMPREENDEDORISMO

O Seminário está dedicando satisfatório espaço para a apresentação de parte representativa do valioso empreendedorismo cultural maranhense relacionado com a rica e tradicional artesanaria pesqueira, focalizando três aspectos relevantes:

a) A multi centenária construção de barcos de casco de madeira por dezenas de estaleiros localizados nas comunidades pesqueiras (somente na região de São Luís são mais de 30), mantidos por mestres artesãos que transmitem a seus descendentes, filhos e netos, sua aprimorada arte de construção de embarcações.

b) A Brincadeira do Bumba-meu-boi do Mar, uma das mais belas criações do rico folclore maranhense, remanescente do período colonial; mas ainda amplamente difundida em todo o litoral brasileiro. Embora sofrendo adaptações locais, o "Bumba-meu-boi" se mantém notável pela beleza artística e pela atualidade da sua mensagem social.

c) Projeção para construção de um tipo tradicional de embarcação, o "iate", característico da região de Cururupu, que servirá para difundir junto às populações isoladas nas ilhas e praias distantes das regiões das reentrâncias maranhenses, os princípios da Agenda 21.

6 - PRODUÇÃO, BENEFICIAMENTO, INSPEÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO PESCADO

a) Zoneamento para a Carcinicultura no Estado do Maranhão

O Seminário terá oportunidade de discutir o zoneamento do litoral maranhense para a localização de áreas propícias à criação de camarões. O Maranhão possui o segundo maior litoral atlântico do país, com 640 Km; mais da metade dos manguezais brasileiros (550.000 hectares) além de outras vastas áreas potencialmente favoráveis à carcinicultura.

O zoneamento capacitará o Maranhão a desenvolver sua carcinicultura sem os graves danos ambientais provocados pela destruição dos manguezais, como ocorreu em outros estados nordestinos e também em países de diversos continentes, gerando-se insanáveis conflitos.

O zonamento deverá cobrir uma área de 1 milhão de hectares. Se considerarmos apenas que 10% dessa extensão possam ser selecionados para a carcinicultura, teríamos 100.000 hectares.

Presentemente o Brasil está criando aceleradamente camarões em diversos estados, principalmente no Nordeste, (área total de cultivo é de apenas cerca de 14 mil hectares) e já se está produzindo mais de US\$ 100 milhões de dólares/ano de exportação.

b) O Projeto Norte Pesca/Netuno no Maranhão

Dando seqüência ao Seminário, na abordagem dos elos da cadeia produtiva, o elo da industrialização do pescado será discutido a partir da experiência desenvolvida pelo consórcio das empresas Norte Pesca e Netuno, na administração do Terminal de Pesca Industrial do Porto Grande (construído com recursos federais e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para servir de polo de desenvolvimento da pesca no Maranhão). As tentativas, no passado, no sentido de se atrair empresas nacionais para operarem no terminal, malograram. Atualmente, menos de 50% da estimativa da potencialidade dos estoques pesqueiros maranhenses estão sendo exportados e quase totalmente pela frota artesanal e costeira, sem agregação de valor à produção, por falta de beneficiamento do pescado capturado por essas frotas.

7 - PERSPECTIVAS DE APOIO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESCA E DA AQUICULTURA NO ESTADO DO MARANHÃO

Neste IV e último Painel serão também enfocados os últimos elos da cadeia produtiva da pesca e da aquicultura, que tratam do apoio internacional, em termos de recursos financeiros, de agentes creditícios (BIB, BIRD etc.) e de organismos prestadores de assistência técnica, além da discussão de programas mantidos por países que têm manifestado interesse em cooperar com o Maranhão para o desenvolvimento da pesca, mas principalmente da aquicultura maranhense.

Apenas para se conhecer um exemplo dessas potencialidades de apoio internacional: o BID administra, entre outros Fundos Bilaterais mantidos com diversos países pesqueiros, o Fundo Multilateral de Investimentos (FOMIN), resultante da contribuição, no montante de 1,3 bilhões de dólares, dos 26 países mais desenvolvidos, para serem aplicados em projetos nos países em desenvolvimento. O FOMIN aplica, por ano, 100 milhões de dólares, em grande parte sem exigência de retorno do capital, ou a juros altamente subsidiados.

O Brasil tem sido um grande cliente tomador de recursos do FOMIN, com dezenas de projetos aprovados a outras áreas econômica e sociais, independentes dos setores da pesca e da aquicultura.

8 - COMERCIALIZAÇÃO DO PESCADO NOS MERCADOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

A comercialização será o último elo da cadeia produtiva do pescado a ser discutido no Seminário.

Serão ressaltadas as atuais condições favoráveis de infra-estrutura existentes no Maranhão (transporte trimodal, portos, aeroportos etc.), bem como a localização estratégica do Estado em relação aos principais portos mundiais, como bem destaca o Plano Estadual de Desenvolvimento em sua página 31:

PARA	DE				
	ITAQUI (MA)	TUBARÃO (ES)	RIO DE JANEIRO (RJ)	SANTOS (SP)	RIO GRANDE (RS)
Rotterdam (Holanda)	4.143	5.393	5.673	5.893	6.499
Hamburgo (Alemanha)	4.419	5.669	5.949	6.169	6.775
Nova Orleans (USA)	3.355	5.215	5.495	5.715	6.321
São Francisco (USA)	5.767	7.626	7.906	8.126	8.732
Canal do Panamá	2.483	4.342	4.622	4.842	5.448
Tóquio (Japão)	12.524	11.831	11.862	11.982	12.034

Fonte: Governo do Estado do Maranhão

No Painel serão também projetadas as potencialidades maranhenses em termos de produção pesqueira e aquícola, com ênfase na carcinicultura, relacionando esse potencial com a demanda nacional para o crescente consumo de pescado, desde os mercados institucionais (Merenda Escolar, Fome Zero, dentre outros) ao crescente consumo de produtos com valor agregado nos beneficiamentos. Finalmente serão focalizados os mercados internacionais e a atual tendência reprimida de consumo mundial de pescado, por falta de oferta de produtos com o nível de qualidade exigida pelos consumidores. Serão reveladas importantes estratégias para a conquista dos mercados internacionais.

Os trabalhos do Seminário serão encerrados, antes da visita ao Solar dos Vasconcelos, no Projeto Reviver, com a discussão em plenário da criação, pela GEAGRO, de grupos de trabalho implementadores dos produtos resultantes do evento e que servirão de subsídios aos projetos, a serem coordenados pela ADEPAQ, com a participação dos agentes públicos e privados envolvidos no processo de desenvolvimento da pesca e da aquíicultura maranhenses, seguindo a metodologia e visualização de projetos, cujo esquema a seguir se projeta:

**SEMINÁRIO NACIONAL - DESENVOLVIMENTO DA PESCA
E DA AQUICULTURA NO ESTADO DO MARANHÃO
PROJETOS INTEGRADOS**

HORIZONTAIS \ VERTICAIS	INTEGRAÇÃO COM AGENTES PÚBLICOS E PRIVADOS								
	• PESCADOR ARTESANAL	• PESCA ARTESANAL	• PESCADOR INDUSTRIAL	• PESCA INDUSTRIAL	• AQUICULTURA FAMILIAR	• EMPRESA FAMILIAR	• AQUICULTURA EMPRESARIAL	• EMPRESA DE AQUICULTURA	• PESCADOR AMADOR
• PESQUISA	X	X	X	X	X	X	X		...
• ENSINO	X		X		X				...
• ALFABETIZAÇÃO	X		X		X				...
• CAPACITAÇÃO	X	X	X	X	X	X	X	X	...
• EXTENSÃO	X	X			X				...
• ORGANIZAÇÃO	X	X	X	X	X	X	X	X	...
• ESTATÍSTICA	X	X	X	X	X	X	X	X	...
• FOMENTO	X	X	X	X	X	X	X	X	...
• ZONEAMENTO	X	X			X	X	X	X	...
• FISCALIZAÇÃO	X	X	X	X	X	X	X	X	...
• INSPEÇÃO		X		X		X		X	...
• LEGISLAÇÃO	X	X	X	X	X	X	X	X	...
• CRÉDITO	X	X		X	X	X	X	X	...
• COMERCIALIZAÇÃO		X		X		X		X	...
• EXPORTAÇÃO		X		X		X	X	X	...

9 - VISITA AO SOLAR DOS VASCONCELOS

Os participantes do Seminário terão a oportunidade de visitar o Centro Histórico de São Luís patrimônio cultural da humanidade e conhecer o Solar dos Vasconcelos, onde se situa a exposição permanente de maquetes, painéis e fotografias que documentam a evolução histórica urbana da capital maranhense. Além de sediar o memorial histórico de São Luís, o Solar dos Vasconcelos também abriga o núcleo de artesãos de três gerações dedicado à fabricação de modelos das tradicionais embarcações maranhenses.

10 - PROGRAMA DO SEMINÁRIO

4/6 - QUARTA-FEIRA

MANHÃ

9h00 - Abertura

10h00 - PAINEL I - OS GOVERNOS FEDERAL E ESTADUAL E O DESENVOLVIMENTO DA PESCA E DA AQUICULTURA

Expositor: JOSÉ FRITSCH - Secretário Especial de Aqüicultura e Pesca da

Presidência da República

Expositora: MARINA SILVA - Ministra de Estado do Meio Ambiente

11h15 - INTERVALO

11h30 - Continuação PAINEL I

Expositor: MERCIÁL LIMA DE ARRUDA - Presidente da Agência de Desenvolvimento da Pesca e da Aqüicultura - ADEPAQ

12h00 - Debates

Coordenador da Mesa: BENEDITO ROSA DO ESPÍRITO SANTO - Representante no Brasil do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA

TARDE

14h30 - PAINEL II - INICIATIVAS MUNICIPAIS AS EXPERIÊNCIAS NO ESTADO DO MARANHÃO PROJETO DE CULTIVO DE OSTRAS NO MUNICÍPIO DE PAÇO DO LUMIAR

Expositora: JOANA DE JESUS ARAÚJO - Presidente da Associação dos Maricultores de Pau Deltado

A EXPERIÊNCIA DOS PEQUENOS PRODUTORES DE CAMARÃO NO PÓLO DE PRIMEIRA CRUZ E HUMBERTO DE CAMPOS

Expositor: PEDRO AURELIO DA SILVA CARNEIRO - Engenheiro Civil e Consultor

Ambiental Autônomo

PROJETO DE PISCICULTURA NO MUNICÍPIO DE SANTA RITA

Expositor: JOAO ALVES DA SILVA FILHO - Empresário e Professor da Universidade

Federal do Maranhão - UFMA

CRIAÇÃO DE PEIXE EM TANQUE-REDE NO RIO ITAPECURU, NO MUNICÍPIO DE CANTANHEDE

Expositor: HILDO AUGUSTO DA ROCHA NETO - Prefeito Municipal de Cantanhede

15h50 - INTERVALO

16h10 - DEBATES

Coordenador da Mesa: JOSÉ RAIMUNDO VIEGAS - Presidente da Associação dos Engenheiros de Pesca do Maranhão

16h40 - AS EXPERIÊNCIAS NO ESTADO DO CEARÁ O PLANO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL DE ICAPIUI/CE

Expositor: ERANCISCO JOSÉ TEIXEIRA - Prefeito Municipal de Icapui

A UTILIZAÇÃO DE ÁREAS DE SALINAS PARA O CULTIVO DO CAMARÃO

Expositor: LUIS TADEU ASSAD - Coordenador do Plano de Desenvolvimento Local Sustentável de Icapui/CE .

17h20 - EXPERIÊNCIAS NO ESTADO DE SANTA CATARINA

CASA FAMILIAR DO MAR

ZONEAMENTO DO LITORAL PARA MARICULTURA

CARCINICULTURA DE PEQUENA ESCALA

Expositor: SÉRGIO WIECKLER DA COSTA - Gerente de Aqüicultura e Pesca, da

Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI

18h20 - DEBATES

Coordenador da Mesa: ALTEVIR MENDONÇA SILVA - Presidente da Associação

Maranhense de Criadores de Camarão

18h50 - Apresentação do Boi do Mar e Coquetel de Boas-Vindas

5/6 - QUINTA-FEIRA

MANHÃ

9h:00 - PAINEL III - A CADEIA PRODUTIVA DA PESCA E DA AQUÍCULTURA ENSINO, TREINAMENTO, PESQUISA E EXTENSÃO

Expositores:

ANTONIO CARLOS LEAL DE CASTRO - Professor e Pesquisador do Laboratório de Hidrobiologia da Universidade Federal do Maranhão/ LABOHIDRO/UFMA

ALBERT BARTOLOMEU DE SOUSA ROSA - Coordenador de Desenvolvimento Rural da Companhia de Desenvolvimento dos Vale do São Francisco e do Parnaíba -

CODEVASF

VALDIR MARANHÃO - Reitor da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA10h20

DEBATES

Coordenador da Mesa: RAIMUNDO NONATO CARNEIRO SOBRINHO

Pesquisador de Carcinicultura

10h40 - INTERVALO

11h00 - ORGANIZAÇÃO DOS PRODUTORES, CADASTRO, FISCALIZAÇÃO E ESTATÍSTICA

Expositores:

ANTONIO CLERTON DE PAULA PONTES - Diretor do Centro de Pesquisa e Gestão dos Recursos Pesqueiros do Nordeste - CEPENE

SOLANGE DE JESUS GOUVEIA GOMES - Gerente Executiva do INSS/MA

ANTONIO FERREIRA DINIZ - Delegado do Ministério da Agricultura no Maranhão

UBIRAJARA DO PINDARÉ A. DE SOUSA - Delegado Regional do Trabalho -DRT/MA

12h20 Debates

Coordenador da Mesa: ANTONIO RIBEIRO LOPES SOBRINHO - Presidente do

Instituto do Homem

TARDE

14h30 - CRÉDITO PARA A PESCA E PARA A AQUÍCULTURA

Expositores:

ISAÍAS MATOS DANTAS - Superintendente do Banco do Nordeste

JOSÉ MORGADO FILHO - Superintendente do Banco da Amazônia

ARY JOEL DE ABREU LANZARIN - Superintendente Estadual do Banco do Brasil

15h30 - DEBATES

Coordenador da Mesa: EDSON CUNHA DE ARAÚJO - Presidente da Federação das Colônias de Pescadores do Estado do Maranhão

16h00 - INTERVALO

16h20 - O MARCO LEGAL PARA A PESCA E PARA A AQUÍCULTURA

Expositores:

OTHELINO NOVA ALVES NETO - Gerente de Estado de Meio Ambiente e Recursos

Hídricos - GEMA

DEOCLIDES DOS SANTOS COSTA DIAS - Gerente Regional de Patrimônio da União no Estado do Maranhão

JOSÉ DIAS NETO - Coordenador Geral de Recursos Pesqueiros - IBAMA/DF

ENILSON VILELA DE ALBUQUERQUE - Capitão de Mar e Guerra da Capitania dos

Portos do Estado do Maranhão

17h35 - DEBATES

Coordenador da Mesa: JOSÉ UBIRAJARA TIMM - Consultor do Instituto

Interamericano de Cooperação para Agricultura - IICA

18h00 O - EMPREENDEDORISMO CULTURAL - O ARTESANATO DE BARCOS

Expositor: LUIZ PHELIPE ANDRÉS - Diretor do Patrimônio Cultural do Maranhão

A COMPANHIA FOLCLÓRICA DO BOI DO MAR

Expositor: RONALDO DE OLIVEIRA DE MOUTA - Presidente da Cia. Folclórica do Boi do Mar

O PROJETO BARCO-ESCOLA

Expositora: PRISCILLA DA SILVA ARAÚJO - Coordenadora do Projeto - Instituto do Homem

19h00 - DEBATES

Coordenador da Mesa: MARIA MICHOL PINHO DE CARVALHO - Diretora do Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho

19h35 - ENCERRAMENTO

6/6 - SEXTA-FEIRA

MANHÃ

- 9h00 - PRODUÇÃO, BENEFICIAMENTO, INSPEÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO PESCADO, LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E O ZONEAMENTO PARA A CARCINICULTURA NO ESTADO DO MARANHÃO**
Expositor: LUIS FERNANDO CABRAL BARRETO JÚNIOR - Promotor do Meio Ambiente do Estado do Maranhão
O PROJETO NORTE PESCA/NETUNO NO MARANHÃO
Expositor: RODRIGO FAUZE HAZIN - Presidente da Norte Pesca
PANORAMA ATUAL DAS ATIVIDADES PESQUEIRAS NOS ECOSISTEMAS AQUÁTICOS DA BAIXADA MARANHENSE
Expositor: JOSÉ POLICARPO COSTA NETO - Professor e Pesquisador do Laboratório de Hidrobiologia da Universidade Federal do Maranhão/LABOHIDRO/UFMA
- 10h00 - DEBATES**
Coordenador da Mesa: IVAN SARNEY - Coordenador do Fórum Municipal do Meio Ambiente/Agenda 21 São Luís/MA
- 10h30 - INTERVALO**
- 10h50 - PAINEL IV - PERSPECTIVAS DE APOIO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESCA E DA AQUICULTURA NO ESTADO DO MARANHÃO**
Expositores e Debatedores:
ALEX SCHMITZ DU MONT - Oceanógrafo
GERARDO MATINEZ FREYSSINIER - Especialista Setorial do Fundo Multilateral de Investimento - BID
JOSÉ TUBINO - Representante no Brasil das Organizações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO
JESUS SALAS ZAPATERO - Conselheiro de Agricultura, Pesca e Alimentação da Embaixada da Espanha
FLÁVIO VICENTE DE FINA - Assessor do Departamento Econômico e para o Programa de Assistência para Projetos Comunitários da Embaixada do Japão
JIANG YUANDE - Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Popular da China no Brasil
CARLOS ROGÉRIO POLI - CIDA/Canadá
- 12h00 - DEBATES**
Coordenador da Mesa: FRANCISCO ORLANDO COSTA MUNIZ - Gerente de Estado de Articulação Institucional do Governo do Maranhão no Distrito Federal

TARDE

- 14h30 - COMERCIALIZAÇÃO DE PESCADOS NOS MERCADOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS**
Expositor: ROLAND WIEFELS - Diretor da INFOPECA
Coordenador da Mesa: JOSÉ DE RIBAMAR SILVA MORAIS - Líder da Unidade de Desenvolvimento Setorial do SEBRAE
- 15h00 - DEBATE**
- 15h30 - INTERVALO**
- 15h50 - DISCUSSÃO E CRIAÇÃO PELA GEAGRO DOS GRUPOS DE TRABALHO PARA A ELABORAÇÃO DOS PROJETOS EXECUTIVOS DA ADEPAQ**
Coordenador da Mesa: MERICAL LIMA DE ARRUDA - Presidente da Agência de Desenvolvimento da Pesca e da Aquicultura - ADEPAQ
- 18h00 - ENCERRAMENTO DO SEMINÁRIO E VISITA AO SOLAR DOS VASCONCELOS - REVVER**

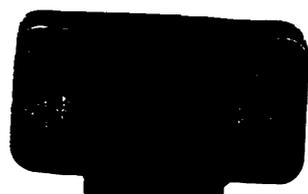
COORDENAÇÃO TÉCNICA

Pelo IICA:

**José Ubirajara Timm
Carlos Miranda
Cristina Costa
Flavia Correia e
Mary Elizabeth Araújo**

Pela ADEPAQ/ GEAGRO:

**Mercial Lima de Arruda
José Henrique Sales
José Ribamar Sobrinho
Nauro Sérgio M. Mendes
Ricardo José Sá
Vitória Castro**



Realização
técnica



ADEPAQ
Agência de Desenvolvimento
da Pesca e da Aqüicultura

Promoção



Apoio
institucional

Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República
INFOPECA
Confederação Nacional dos Pescadores - CNP
Associação Brasileira de Aqüicultura - ABRAQ
Associação Maranhense de Criadores de Camarão - AMCC
Federação das Colônias de Pescadores do Estado do Maranhão
Associação dos Engenheiros de Pesca do Maranhão - AEP/MA